

Orientações para validação dos documentos subscritos por profissionais de saúde e relacionados à sua área de atuação, de forma digital, para fins de atestância.

Essa Ordem Interna visa estabelecer os critérios para validação dos documentos subscritos por profissionais de saúde emitidos e/ou assinados por meio eletrônico.

CONSIDERANDO o Decreto PMSP.G nº 59.283 de 16 de março de 2020 que declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 333/2020-SMS.G que dispõe sobre as assinaturas eletrônicas em comunicações com entes públicos e em questões de saúde;

CONSIDERANDO a Portaria MS.G nº 467, de 20 de março de 2020 que dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre as ações de Telemedicina, com o objetivo de regulamentar e operacionalizar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, decorrente da epidemia de COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei 14.141 de 27 de março de 2006 do Município de São Paulo que dispõe sobre o processo administrativo na Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a Lei 14.063/2020 que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos;

CONSIDERANDO a Nota Informativa nº 4/2020 do Ministério da Saúde que dispõe sobre as orientações para emissão de receitas e atestados médicos por meio eletrônico no âmbito da telemedicina durante a epidemia da COVID-19.

Estabelece os critérios para documentos subscritos por profissionais de saúde, tais como guias de exame, referência e contra-referência e prescrições emitidas, apresentadas e/ou assinadas por meio eletrônico nas áreas de atendimento médico no âmbito da rede básica e de especialidades do município de São Paulo:

1 - As guias de exame e de referência e contra-referência emitidas e/ou assinadas por meio eletrônico possuem validade desde que seja possível a comprovação da autenticidade (certeza de autoria) e integridade (veracidade do conteúdo) do documento como um todo, aí incluindo a assinatura nele constante.

2 - Os documentos subscritos por profissionais de saúde e relacionados à sua área de atuação, de forma digital, para fins de assistência e composição de prontuário, serão válidos para todos os fins e aceitos pelos equipamentos de saúde de gestão municipal, quando em conformidade com as regras e procedimentos de assinatura eletrônica avançada e/ou qualificada, definida pela Lei 14.063/2020.

3 - A assinatura eletrônica qualificada é aquela que utiliza certificado digital e chave emitida pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

4 - A assinatura eletrônica avançada é aquela que utiliza certificados não emitidos pela ICP-Brasil ou outro meio de comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica, desde que admitido pelas partes como válido ou aceite pela pessoa a quem for oposto o documento, com as seguintes características: a) está associada ao signatário de maneira unívoca; b) utiliza dados para a criação de assinatura eletrônica cujo signatário pode, com elevado nível de confiança, operar sob o seu controle exclusivo; c) está relacionada aos dados a ela associados de tal modo que qualquer modificação posterior é detectável.

5 - A emissão de receitas em meio eletrônico está condicionada à utilização de assinatura eletrônica avançada e/ou qualificada, dispensando a impressão física (papel) e serão admitidos como válidos e aceitos nos equipamentos da SMS-SP, em conformidade com o artigo 3º da Portaria nº 82 de 05 de dezembro de 2015.

6 - Esta Ordem Interna entra em vigor a partir da data de sua divulgação. A mesma fica vigente até disposições contrárias desta Secretaria.

### CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

#### ORDEM INTERNA – SMS – 01/21

Estabelece sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde e Conselhos Gestores o retorno das reuniões e eleições de forma híbrida, sendo opcional a participação remota ou presencial.

Considerando o avanço da campanha de vacinação contra a COVID-19 para a população adulta no município de São Paulo, alcançando a faixa etária a partir de 18 anos de idade;

Considerando o cenário atual de redução de interações e óbitos em decorrência da COVID-19 no Município de São Paulo;

Considerando a necessidade de realização do processo eleitoral de conselheiros dos Conselhos Gestores de Saúde;

O Secretário Municipal da Saúde, no uso de suas atribuições que lhe são legalmente conferidas,

#### RESOLVE:

Art.1º Autorizar a retomada das reuniões presenciais do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e Conselhos Gestores de Saúde, obedecendo aos protocolos sanitários e distanciamento social,

§1. O retorno será opcional, remoto, híbrido ou presencial com critérios respeitando o limite do espaço e utilizando a capacidade de até 50%, de ocupação.

§2. As reuniões presenciais deverão atender ao limite de comparecimento de até 50% dos conselheiros e convidados, sendo respeitado o distanciamento de um metro entre os participantes, com obrigatoriedade do uso de máscara, reforço da limpeza e higienização e disponibilidade de álcool em gel 70%.

§3. Os Conselheiros Municipal e Conselheiros Gestores utilizarão se necessário sistema de rodízio.

Art.2º Autorizar a retomada do processo eleitoral dos Conselhos Gestores de Saúde de forma híbrida, sendo possível a participação por via remota ou presencial.

§1. No âmbito de realização do processo eleitoral deverá ser garantido o reforço da limpeza e higienização, a manutenção de ventilação natural e a disponibilidade de álcool em gel 70%, distanciamento e uso obrigatório de máscara.

Art. 3º Fica revogado a Ordem Interna SMS – 01/20 Esta ordem interna entra em vigor a partir da data de sua publicação.

### PROCESSO: 6110.2020/0027455-4

#### APURAÇÃO PRELIMINAR

#### SECRETARIA EXECUTIVA DE ATENÇÃO HOSPITALAR

#### DESPACHO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA

A vista dos elementos constantes no processo SEI nº 6110.2020/0027455-4, em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho com razão de decidir, DETERMINO, com fundamento na Lei Municipal nº 17.433/2020, em seu art. 45º, §2º, no Decreto Municipal nº 59.685/2020, em seus artigos 4º, 7º e 128º, acerca da competência da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar, que a referida 2ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 079/2020 – AHM-G/ SUP, publicada no DOC de 08/07/2020, página 18, promove a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

### PROCESSO 6018.2020/0066498-0

#### Despacho Autorizatório

I - A vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no parágrafo 5º do artigo 42 da Lei Federal nº 8.666/1993, AUTORIZO o aditamento ao Contrato nº 136/2020/ SMS-1/CONTRATOS, celebrado com pessoa jurídica de direito

privado privado H E ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 62.533.278/0001-81, cujo objeto é a realização de serviços de reforma na UBS Jardim Iva, no âmbito do Projeto Avança Saúde São Paulo, que conta com recursos do financiamento realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), consoante política de aquisições GN-2349-9, através do Empréstimo 4641/OC-BR, com o fito de prorrogar por 107 (cento e sete) dias, até 30/11/2021, o prazo de execução inicial do ajuste, com acréscimo de valores de R\$ 143.411,58 (cento e quarenta e três mil, quatrocentos e onze reais e cinquenta e oito centavos), correspondente a 7,47% de acréscimo ao ajuste inicial, no valor estimado em R\$ 1.918.988,03 (um milhão, novecentos e dezoito mil novecentos e oitenta e oito reais e três centavos), chegando-se ao valo contratual estimado em R\$ 2.062.399,61, que será suportado pela dotação orçamentária nº 84.00.84.11.10.301.3003.9.204.4.4.90.51.00.01, conforme a Nota de Reserva nº 45.122/2021.

### PROCESSO: 6110.2021/0012184-9

PORTARIA Nº 017/2021 – DIRETORIA DE DEPARTAMENTO TÉCNICO  
HOSPITAL MUNICIPAL PROFESSOR DR. WALDOMIRO DE PAULA

O Diretor Técnico do Departamento Hospitalar Professor Waldomiro de Paula, Dr. Paulo de Tarso Vieira de Campos no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei e CONSIDERANDO o disposto na Portaria 1.748 de 30/08/2011, DOU seção 1 – pag. 143, alteração da Norma Reguladora 32, e portaria 010/2012 AHM de 10/01/2012, DOC pag. 21:

#### RESOLVE:

I – Alterar a Comissão de Recebimentos de Materiais, constituída através da Portaria 069/2017 de 11/10/2017, DOC pg.37 que passará a ser constituída da seguinte forma:

NOME	RR/RG	FUNÇÃO
MEMBROS:		
Andreia da Silva	829.316.3/2	AGPP
Jadir Meira dos Santos	831.598.1/2	AGPP
Erick Luiz Joel	830.896.9/2	AGPP
Márcia Batista Vilela	557.745.5	AGPP
Tânia Regina Mourão	600.326.4/3	ASSIST.TÉCNICO
Benedita de Andrade Teixeira	708.307.6/3	AG.APOIO
Gabriel Jose da Silva Santos	731.111.1/2	AG.APOIO
Lídia Marli Ramos	587.775.0	AG.APOIO
Denis Jesus Duarte da Costa	830.374.6/2	AG.APOIO
Cícero Pereira Rodrigues	830.261.8/2	AGPP
Barbara Sthafani Ivo Ramos de Lima	829.919.6/2	AGPP
Daniel Alves Albino	830.141.7/2	AGPP
Fernando Messias Silva	831.281.8/2	AGPP
Paula Fernandes Siqueira Dutra	833.648.2/2	AGPP
Marcelo Rossi Santos	708.337.8-4	FARMACÉUTICO
Josana Souza Santana	831.983.9/2	FARMACÉUTICA
Arlindo Silva Junior	829.878.5/2	FARMACÉUTICO
Wellington Moura da Silva	835.536.1-2	FARMACÉUTICO
Luiz Carlos da Silva Júnior	832.538.3/2	TÉC. FARMÁCIA
Mayse dos Anjos Santos	833.248.7/2	AGPP
Juliana de Sousa Lima	831.921.9/2	AGPP
Débora Dutra Sapucaia	830.298.7/2	AGPP
Suellen Regina Ribeiro	835.020.5/2	AGPP
Eduardo Francisco Soto	597.399.6/2	TÉC.GASOTERAPIA
Ismael Pereira Albuquerque	529.224.7/2	TÉC.GASOTERAPIA
Alessandro Alves do Nascimento	655.520.9/0	TÉC.GASOTERAPIA
Otto Antonio Bezerra	641.957.7/0	TÉC.GASOTERAPIA
Fernando Cesar de Matos	619.461.3/2	AGPP
Francisco de Assis Menezes Dias	831.078.5/2	AGPP
Lucilene Freitas Prates	831.816.1/2	AGPP
Guelma Moreno Ribeiro	831.534.5/2	ENFERMEIRA
Liliana Medeiros	591.724.7/6	ENFERMEIRA
Emily Azevedo Silva	830.796.2/2	AGPP
Ester Mourão de Arruda e Silveira	830.864.1/2	ASSIST.TÉCNICO

II – Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

### PROCESSO: 6110.2021/0012453-8

PORTARIA Nº 018/2021 – DIRETORIA DE DEPARTAMENTO TÉCNICO  
HOSPITAL MUNICIPAL PROFESSOR DR. WALDOMIRO DE PAULA

O Diretor Técnico do Departamento Hospitalar Professor Dr. Waldomiro de Paula, Dr. Paulo de Tarso Vieira de Campos no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei para atender a Portaria 529/2013 de 01/04/2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), e CONSIDERANDO a necessidade de aprimoramento contínuo do programa,

#### RESOLVE:

I – Alterar a Comissão Interna de Segurança do Paciente, constituída através da Portaria 51/2017 de 22/09/2017, DOC pag. 25, que passará a ser composta da seguinte forma:

NOME	RR/RG	FUNÇÃO
COORDENADORA:		
Daniela de Paula Coelho	830.092.5/2	Enfermeira
INTEGRANTES:		
Marcos Antônio Baskenville Ilerardi	616.737.3/1	Médico
Susie Ribeiro Torres	633.151.3/2	Médico
Orlando Florentino de Araujo Filho	638.111.1/2	Médico
Elenice Mutsuko Miyazato Watanabe	647.242.7/4	Enfermeira
Silvia Cristina Ferrarezi Espelho	835.056.6/2	Enfermeira
Anderson Adão Rodrigues	829.441.1/2	Enfermeiro
Ester Mourão de Arruda e Silveira	830.864.1/2	Enfermeira
Arlindo Silva Júnior	829.878.5/2	Farmacêutico
Wellington Moura da Silva	835.536.1/2	Farmacêutico
Deise Silva Santos	600.326.3/4	Nutricionista
Blanka Caliman Salvador	856.662.3/2	Nutricionista
Rosemeire da Silva Crisculo	28.612.877-9	Enfermeira
Fabiana Lima Camargo	40.946.582-3	Enfermeira
Ozélia Cristina Frazão Muniz	33.535.378-2	Enfermeira
Reinaldo Correia dos Santos	834.068.4/2	AGPP

II – Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

### PROCESSO: 6110.2021/0012457-0

PORTARIA Nº 019/2021 – DIRETORIA DE DEPARTAMENTO TÉCNICO  
HOSPITAL MUNICIPAL PROFESSOR DR. WALDOMIRO DE PAULA

O Diretor de Departamento Técnico do Hospital Municipal Professor Dr. Waldomiro de Paula, Dr. Paulo de Tarso Vieira de Campos, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e CONSIDERANDO a Portaria nº 1300/2015–SMS-G, publicada em 15/07/2015, que dispõe sobre a instituição dos Núcleos de Prevenção de Violência (NPV) nos estabelecimentos de saúde do Município de São Paulo.

#### RESOLVE:

I – Alterar o Núcleo de Prevenção de Violência (NPV) constituída através da Portaria 056/2017 de 22/09/2017, DOC, pag.25 que passará a ser composta da seguinte forma:

MEMBROS HM PROF. DR. WALDOMIRO DE PAULA		
NOME	RR/RG	FUNÇÃO
Paulo de Tarso Vieira de Campos	710.260.7/3	MÉDICO
Marcos Antonio Baskenville Ilerardi	616.737.3/1	MÉDICO
Silvia Cristina Ferrarezi Espelho	835.056.6/2	ENFERMEIRA
Celma Alves de Macedo	829.626.0/2	ASSIST.SOCIAL
Cristiane Honda Belluzzo	829.925.1/2	PSICÓLOGA
Anderson Adão Rodrigues	829.441.1/2	ENFERMEIRO
Joseste da Silva Costa	704.355.4/3	ENFERMEIRA/APS
Marilene Macedo Rodrigues	833.266.5/2	ENFERMEIRA/APS
Edna Cardoso da Silva	877.998.8/2	ASSIST.SOCIAL

II – Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

## COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE

### DESPACHO AUTORIZATÓRIO

PA. 6018.2021/0048554-9 A vista do noticiado no presente administrativo, em especial das manifestações da Supervisão de Administração e Finanças desta Coordenadoria e Assessoria Jurídica, que acolho, respeitadas as diretrizes orçamentárias vigentes, nos termos da competência delegada pelo Decreto Municipal nº 46.209 e da Portaria nº 727/2018 – SMS-G, e, fundamentado pelos Decretos nº 46.662/2005, artigo 3º, I e II, c/c art. 7º, inciso V, e nº 55.427/2014, **APROVO** a minuta do edital e **AUTORIZO** a abertura do presente certame licitatório, modalidade **PREGÃO, tipo ELETRÔNICO**, com critério de julgamento **menor preço por item**, objetivando a aquisição de **MATERIAL DE REABILITAÇÃO CARDIORRESPIRATORIA** para utilização em unidades de saúde desta Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste .

### PORTARIA Nº 40/CRS-SUDESTE/2021

A COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE - SUDESTE, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no art. 201 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterada pela Lei 13.519/03 e o disposto no Decreto 43.233/03, RESOLVE: -

1. Constituir Comissão de Averiguação Preliminar composta pelos seguintes servidores, sob a coordenação do primeiro nomeado, para apurar os fatos noticiados no PA SEI nº 6018.2020/0084007-0, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 43.233/03:

Miriam Kelly Braga - RF: 752.535.4

Renata Oliveira Giesta - RF: 753.348.9

Eleize Aparecida de Azevedo de Souza - RF: 783.826.3

Regilamar Batista Terra Nova de Lima - RF: 589.263.5

2. A designação dos servidores é feita sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, encerrando-se automaticamente quando da conclusão da averiguação;

3. Para o efetivo cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá, dentre outros procedimentos, solicitar dados, levantamentos e informações, bem como, examinar registros e quaisquer documentos que se fizerem necessários;

4. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

## COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE

### DESPACHO DO RESPONSÁVEL PELA UNIDADE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### PROCESSOS DE ADIANTAMENTO BANCARIO APROVADOS

Nos termos do disposto no artigo 16, do Decreto nº 48.592 de 06 de agosto de 2007, e Portaria SMS.G 32/13, **APROVO** a prestação de contas dos processos de adiantamento abaixo relacionados.

PROCESSO	RESPONSÁVEL	PERÍODO	VALOR
6018.2021/0045552-6	Cícera de Almeida Vicente da Silva	Julho/2021	R\$ 550,00
6018.2021/0047527-6	Sílvia Terumi Honkawa	Julho/2021	1.200,00
6018.2021/0047421-0	Márcia Cassiana Rosa	Julho/2021	R\$ 550,00

### COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE DESPACHO DA COORDENADORIA DESPACHO

2014-0.337.140-3 I – A vista do noticiado no presente administrativo, considerando a essencialidade dos serviços e a impossibilidade de solução de continuidade dos serviços objeto do presente ajuste, face a delegação excepcional contida na Portaria 702/2018-SMS-G, e suas alterações, **AUTORIZO** a celebração do Termo Aditivo nº 073/2021 ao Contrato de Gestão nº R010/2015-SMS-G firmado entre esta Pasta e a entidade CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA, CNPJ nº 60.742.616/0001-60 cujo objeto consubstancia-se no gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de Itaim Paulista e São Miguel, aprovação Plano de Trabalho para Aquisição de Material para a confecção de Prótese Dentária, ficando estabelecido para o período de agosto/2021 no valor total de R\$ 50.204,00 (Cinquenta mil duzentos e quatro reais) a título de custeio, que será suportado pelo saldo financeiro, conforme autorizado nos termos da disposição do item 7.3.4, da Cláusula Sétima, do Contrato de Gestão R010/2015-SMS/NTCSS.

## COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE OESTE

### DESPACHO AUTORIZATORIO

I – 2014-0.321.761-7 (Processo SEI nº 6018.2020/0088077-2) – A vista do noticiado no presente processo administrativo, considerando a impossibilidade de solução de continuidade dos serviços objeto do presente ajuste, **AUTORIZO** a celebração do Termo Aditivo n. 074/2021-CRSO ao Contrato de Gestão n. 007/2015 – NTCSS/SMS, firmado entre a Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, por força Portarias nº 702/2018-SMS.G, nº 819/2018-SMS.G, nº 877/2018-SMS.G, nº 128/2019-SMS.G, nº 198/2019-SMS.G, nº 683/2019-SMS.G, nº 1046/2019-SMS.G, nº 1377/2019-SMS.G e nº 471/2020-SMS.G, e a entidade ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA, inscrita no CNPJ sob o n. 68.311.216/0001-01, cujo objeto é gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial dos Distritos Administrativos Perdizes, Lapa, Leopoldina, Jaguaré, Jaguará da Supervisão Técnica de Saúde Lapa/Pinheiros, em razão da aprovação do Plano de Trabalho e Orçamentário, objetivando a manutenção dos leitos de enfermaria e estabilização de COVID 19 do Hospital Sorocabana, contemplando o dimensionamento de RH, aquisição de materiais de consumo, aquisição de materiais de consumo assistencial e prestação de serviços terceirizados e de SADT, durante o período de 01 a 31 de julho de 2021, tendo em vista o disposto no Decreto nº 59.283, de 16 março de 2020, que declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus, Portaria SMS nº 157/2020, de 24 de março 2020, que autoriza, de forma transitória e excepcional, através de contratos de caráter temporário e durante o período de emergência, a contratação pelas organizações sociais de profissionais de saúde para apoio ao aumento da capacidade número de leitos hospitalares e de UTI e Portaria SMS nº 210/2020, de 11 de maio de 2020, a qual autoriza, de forma excepcional e transitória, a contratação de leitos suplementares de UTI e Enfermaria pelas Coordenadorias Regionais de Saúde, desde que haja a devida prestação de contas, e, em conformidade com o Plano de Trabalho e Orçamentário parte integrante do presente instrumento.

II – **AUTORIZO**, ainda, a emissão da(s) Nota(s) de Empenho, a TÍTULO DE CUSTEIO, no valor global estimado de R\$ 5.516.320,36 (cinco milhões, quinhentos e dezesseis mil, trezentos e vinte reais e trinta e seis centavos), em virtude da suplementação orçamentária do Decreto Municipal nº 60.401/2021 para cobrir as despesas de julho de 2021, onerando a dotação orçamentária nº 84.10.10.302.3003.2507.33.50.39.00, fontes 00 e 21, quando couber, e, em conformidade com o Plano de Trabalho e Orçamentário que passa a fazer parte integrante do presente instrumento.

III – Em consequência, **AUTORIZO** a emissão da(s) Nota(s) de Empenho nos valores correspondentes às despesas, bem como o cancelamento de saldo eventualmente não utilizado, em observância a Nota de Reserva com Transferência emitida.

### DESPACHO AUTORIZATORIO

I – 2014-0.321.761-7 (Processo SEI nº 6018.2021/0021871-0) – A vista do noticiado no presente processo administrativo, considerando a impossibilidade de solução de continuidade dos serviços objeto do presente ajuste, **AUTORIZO** a celebração do Termo Aditivo n. 075/2021-CRSO ao Contrato de Gestão n. 007/2015 – NTCSS/SMS, firmado entre a Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, por força Portarias nº 702/2018-SMS.G, nº 819/2018-SMS.G, nº 877/2018-SMS.G, nº 128/2019-SMS.G, nº 198/2019-SMS.G, nº 683/2019-SMS.G, nº 1046/2019-SMS.G, nº 1377/2019-SMS.G e nº 471/2020-SMS.G, e a entidade ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA, inscrita no CNPJ sob o n. 68.311.216/0001-01, cujo objeto é gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial dos Distritos Administrativos Perdizes, Lapa, Leopoldina, Jaguaré, Jaguará da Supervisão Técnica de Saúde Lapa/Pinheiros, EM razão da aprovação do Plano de Trabalho e Orçamentário e, em complementação ao Termo de Aditamento nº 058/2020-SMS.G, objetivando a aquisição de equipamentos para compor a transformação de 06 (seis) leitos de enfermaria em 06 (seis) leitos de estabilização de COVID 19 do Hospital Sorocabana, durante o período de março de 2021, tendo em vista o disposto no Decreto nº 59.283, de 16 março de 2020, que declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus, Portaria SMS nº 157/2020, de 24 de março 2020, que autoriza, de forma transitória e excepcional, através de contratos de caráter temporário e durante o período de emergência, a contratação pelas organizações sociais de profissionais de saúde para apoio ao aumento da capacidade número de leitos hospitalares e de UTI e Portaria SMS nº 210/2020, de 11 de maio de 2020, a qual autoriza, de forma excepcional e transitória, a contratação de leitos suplementares de UTI e Enfermaria pelas Coordenadorias Regionais de Saúde, desde que haja a devida prestação de contas, e, em conformidade com o Plano de Trabalho e Orçamentário parte integrante do presente instrumento.

II – **AUTORIZO**, ainda, a emissão da(s) Nota(s) de Empenho, a TÍTULO DE INVESTIMENTO, no valor global estimado de R\$ 346.957,32 (trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos), em virtude da suplementação orçamentária do Decreto Municipal nº 60.401/2021 para cobrir as despesas de março de 2021, onerando a dotação orçamentária nº 84.10.10.302.3003.250 7.44.50.52.00, fonte 00, e, em conformidade com o Plano de Trabalho e Orçamentário que passa a fazer parte integrante do presente instrumento.

III – Em consequência, **AUTORIZO** a emissão da(s) Nota(s) de Empenho nos valores correspondentes às despesas, bem como o cancelamento de saldo eventualmente não utilizado, em observância a Nota de Reserva com Transferência emitida.

## COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUL

### PROCESSOS DE ADIANTAMENTOS APROVADOS PELO TITULAR DA UNIDADE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

A vista dos elementos contidos no presente e nos termos do artigo 16 do Decreto nº 48.592/07, **APROVO** as prestações de contas que tratam a concessão de Adiantamento previsto na Lei nº 10.513/88, dos seguintes servidores pertencentes à Coordenadoria Regional de Saúde Sul:

ADIANTAMENTOS APROVADOS - Incisos I, II e III - art. 2º da Lei nº 10.513/88

PROCESSO	RESPONSÁVEL	MÊS	VALOR
6018.2021/0047032-0	DEBORA NATALINI DE SÃO LEÃO	07/2021	R\$ 500,00

ADIANTAMENTOS APROVADOS - Incisos IV a XI - art. 2º da Lei nº 10.513/88

PROCESSO	RESPONSÁVEL	MÊS</
----------	-------------	-------